



ESTADO DA PARAÍBA
Controladoria Geral do Estado
Gabinete do Secretário Chefe

CADASTRO DE FORNECEDORES IMPEDIDOS DE LICITAR E CONTRATAR COM A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL – CAFIL-PB

Regulamentado pela Lei 9.697 de 04 de maio de 2012

MÊS DE REFERÊNCIA – JULHO / 2018

Data da última alteração: 19 / 07 / 2018

CNPJ / CPF	RAZÃO SOCIAL / NOME	Nº CONTRATO / LICITAÇÃO	CADASTRO CGE	DESCRIÇÃO DA INADIMPLÊNCIA CONTRATUAL	TIPO DE PUNIÇÃO APLICADA	DATA INÍCIO DA PUNIÇÃO APLICADA	DATA FINAL DA PUNIÇÃO APLICADA	DATA DA INCLUSÃO NO CAFIL	DATA DA EXCLUSÃO NO CAFIL	ÓRGÃO RESPONSÁVEL PELA INCLUSÃO
07.766.436/0001-35	SANTA LUZIA ENGENHARIA LTDA – EPP	CONTRATO PJU Nº 26/2015	15-02777-5	DESCUMPRIMENTO DOS PRAZOS CONTRATUAIS REMETENDO A NÃO CONSECUÇÃO DOS SERVIÇOS	SUSPENSÃO TEMPORÁRIA DE PARTICIPAR EM LICITAÇÃO E IMPEDIMENTO DE CONTRATAR COM A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL PELO PRAZO DE 02(DOIS) ANOS.	26 DE JULHO DE 2016	26 DE JULHO DE 2018	08 DE AGOSTO DE 2016	26 DE JULHO DE 2018	SUPLAN
07.841.319/0001-99	YG SERVIÇOS E COMERCIO DE INFORMATICA LTDA - EPP	CONTRATO Nº 0016/2017 (ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 0160/2016 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 241/2016 - PROCESSO Nº	SEM REGISTRO NA CGE	RECUSA INJUSTIFICADA DE CELEBRAR CONTRATO ADMINISTRATIVO	IMPEDIMENTO DE LICITAR E CONTRATAR COM A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL PELO PRAZO DE 02 (DOIS) ANOS E MULTA DE 5 % SOBRE O VALOR DOS ITENS PREJUDICADOS PELA CONDUTA DA EMPRESA, NO VALOR DE R\$ 9.623,00 (NOVE	06 DE DEZEMBRO DE 2017	06 DE DEZEMBRO DE 2019	12 DE JANEIRO DE 2018	06 DE DEZEMBRO DE 2019	POLÍCIA MILITAR



ESTADO DA PARAÍBA
Controladoria Geral do Estado
Gabinete do Secretário Chefe

		19.000.00794 7.2016)			MIL, SEISCENTOS E VINTE E TRÊS REAIS) - PROCESSO Nº 15.000.000058.2017					
09.339.057/0001-94	RS RECORTE E SINALIZAÇÃO COMÉRCIO E SERVIÇOS DE IMPRESSÃO LTDA-ME	ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 029/2016, DERIVADA DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 040/2016.	SEM REGISTRO NO CGE	DESCUMPRIMENTO DA AVENÇA, CONFIGURANDO A INEXECUÇÃO DAS CONDIÇÕES PACTUADAS.	SUSPENSÃO TEMPORÁRIA DE PARTICIPAÇÃO E IMPEDIMENTO DE CONTRATAR COM O ESTADO DA PARAÍBA E O MINISTÉRIO PÚBLICO DA PARAÍBA, PELO PRAZO DE 02 (DOIS) ANOS, A CONTAR DA PUBLICAÇÃO DO RESPECTIVO ATO ADMINISTRATIVO, DE ACORDO COM O ART. 87, INCISOS III E IV DA LEI FEDERAL Nº 8.666/93, BEM COMO MULTA NO VALOR DE 30% (TRINTA POR CENTO) SOBRE O VALOR DOS PEDIDOS QUE DERAM CAUSA À INEXECUÇÃO, NOS TERMOS DO ART. 87, INCISO II C/C § 2º DA LEI FEDERAL Nº 8.666/93, E DA CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 029/2016	21 DE JUNHO DE 2018	20 DE JUNHO DE 2020	21 DE JUNHO DE 2018	20 DE JUNHO DE 2020	MINISTÉRIO PÚBLICO
11.622.715/0001-00	CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS DE LIMPEZA CRC LTDA	CONTRATO Nº 001/2015	SEM REGISTRO NA CGE	NÃO CORREÇÃO DE VÍCIOS CONSTRUTIVOS	PENALIDADES DE SUSPENSÃO TEMPORÁRIA DE PARTICIPAÇÃO E IMPEDIMENTO DE	11 DE OUTUBRO DE 2017	11 DE OUTUBRO DE 2019	11 DE OUTUBRO DE 2017	11 DE OUTUBRO DE 2019	MINISTÉRIO PÚBLICO



ESTADO DA PARAÍBA
Controladoria Geral do Estado
Gabinete do Secretário Chefe

					CONTRATAR COM O MINISTÉRIO PÚBLICO DA PARAÍBA PELO PRAZO DE 02 (DOIS) ANOS, ACONTAR DA PUBLICAÇÃO DO RESPECTIVO ATO ADMINISTRATIVO, BEM COMO DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE PARA LICITAR OU CONTRATAR COM A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ENQUANTO DURAREM OS MOTIVOS DETERMINANTES DA PUNIÇÃO OU ATÉ QUE SEJA PROMOVIDA A REABILITAÇÃO PERANTE A PRÓPRIA AUTORIDADE QUE APLICOU A PENALIDADE, DE ACORDO COM O ART. 87, INCISOS III E IV DA LEI FEDERAL Nº 8666/93, E NOS TERMOS DA CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA DO CONTRATO Nº 001/2015. AINDA APLICA-SE A PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE 10% (DEZ POR CENTO) SOBRE O VALOR DO CONTRATO NOS TERMOS DO ART. 87, INCISO II C/C §2º DA LEI FEDERAL 8666/93 E DA CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA DO CONTRATO Nº 001/2015.					
11.799.099/0001-50	ADILSON DA SILVA PAULINO – ME (AP CARTUCHOS)	ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 064/2015, DERIVADA DO PREGÃO	SEM REGISTRO NA CGE	DESCUMPRIMENTO DA AVENÇA, CONFIGURANDO A INEXECUÇÃO DAS CONDIÇÕES PACTUADAS.	MULTA DE 15% SOBRE O VALOR DO PEDIDO E SUSPENSÃO TEMPORÁRIA DO DIREITO DE PARTICIPAÇÃO EM LICITAÇÃO E	20 DE MAIO DE 2017	20 DE MAIO DE 2019	04 DE AGOSTO DE 2017	20 DE MAIO DE 2019	MINISTÉRIO PÚBLICO



ESTADO DA PARAÍBA
Controladoria Geral do Estado
 Gabinete do Secretário Chefe

		PRESENCIAL Nº 057/2015.			IMPEDIMENTO DE CONTRATAR COM O ESTADO DA PARAÍBA E O MPPB PELO PRAZO DE 02 ANOS, CONFORME A PREVISÃO NO ART. 7º DA LEI 10.520 E NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 064/2015.					
12.058.336/0001-94	CENTRO DE INCLUSÃO SOCIAL DO VALE DO PARAÍBA- CISVALE	CONTRATO Nº 332/2014	14-02578-7	DESCUMPRIMENTO NA IMPLEMENTAÇÃO DA TECNOLOGIA SOCIAL CISTERNAS DE PLACAS DE 16 MIL LITROS, NAS CONDIÇÕES ESTABELECIDAS NO PROJETO DE REFERÊNCIA	SANÇÕES DESCRITAS NO ART. 87DA LEI 8666/93	08 DE MAIO DE 2018	08 DE MAIO DE 2020	13 DE JULHO DE 2018	08 DE MAIO DE 2020	SEDH
12.058.336/0001-94	CENTRO DE INCLUSÃO SOCIAL DO VALE DO PARAÍBA- CISVALE	CONTRATO Nº 343/2014	14-02493-4	DESCUMPRIMENTO NA IMPLEMENTAÇÃO DA TECNOLOGIA SOCIAL CISTERNAS DE PLACAS DE 16 MIL LITROS, NAS CONDIÇÕES ESTABELECIDAS NO PROJETO DE REFERÊNCIA INSTITUÍDO POR MEIO DE INSTRUÇÃO OPERACIONAL MDS Nº 001/2013, ANEXO DO EDITAL	SANÇÕES DESCRITAS NO ART. 87DA LEI 8666/93	08 DE MAIO DE 2018	08 DE MAIO DE 2020	13 DE JULHO DE 2018	08 DE MAIO DE 2020	SEDH
12.209.627/0001-36	RTS – PEREIRA CONSTRUÇÃO	CONTRATO PJU Nº 37/2016	16-01760-9	DESCUMPRIMENTO DAS CLÁUSULAS E PRAZOS CONTRATUAIS.	SUSPENSÃO TEMPORÁRIA DE PARTICIPAR EM	16 DE JANEIRO DE 2018	16 DE JANEIRO DE 2020	19 DE JANEIRO DE 2018	16 DE JANEIRO DE 2020	SUPLAN



ESTADO DA PARAÍBA
Controladoria Geral do Estado
Gabinete do Secretário Chefe

	S E SERVIÇOS LTDA EIRELI				LICITAÇÃO E IMPEDIMENTO DE CONTRATAR COM A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL PELO PRAZO DE 24 (VINTE E QUATRO) MESES					
12.209.627/0001- 36	RTS – PEREIRA CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA EIRELI	CONTRATO PJU Nº 41/2016	16.01751-0	DESCUMPRIMENTO DAS CLÁUSULAS E PRAZOS CONTRATUAIS.	SUSPENSÃO TEMPORÁRIA DE PARTICIPAR EM LICITAÇÃO E IMPEDIMENTO DE CONTRATAR COM A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL PELO PRAZO DE 02(DOIS) ANOS.	27 DE MAIO DE 2017	27 DE MAIO DE 2019	17 DE NOVEMBRO DE 2017	27 DE MAIO DE 2019	SUPLAN
12.209.627/0001- 36	RTS – PEREIRA CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA EIRELI	CONTRATO PJU Nº 42/2016	16.01752-8	DESCUMPRIMENTO DAS CLÁUSULAS E PRAZOS CONTRATUAIS.	SUSPENSÃO TEMPORÁRIA DE PARTICIPAR EM LICITAÇÃO E IMPEDIMENTO DE CONTRATAR COM A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL PELO PRAZO DE 02(DOIS) ANOS.	27 DE MAIO DE 2017	27 DE MAIO DE 2019	17 DE NOVEMBRO DE 2017	27 DE MAIO DE 2019	SUPLAN
12.209.627/0001- 36	RTS – PEREIRA CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA EIRELI	CONTRATO PJU Nº 54/2016.	16.01808-7	DESCUMPRIMENTO DAS CLÁUSULAS E PRAZOS CONTRATUAIS.	SUSPENSÃO TEMPORÁRIA DE PARTICIPAR EM LICITAÇÃO E IMPEDIMENTO DE CONTRATAR COM A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL PELO PRAZO DE 02(DOIS) ANOS.	27 DE MAIO DE 2017	27 DE MAIO DE 2019	17 DE NOVEMBRO DE 2017	27 DE MAIO DE 2019	SUPLAN



ESTADO DA PARAÍBA
Controladoria Geral do Estado
Gabinete do Secretário Chefe

CNPJ / CPF	RAZÃO SOCIAL / NOME	Nº CONTRATO / LICITAÇÃO	CADASTRO CGE	DESCRIÇÃO DA INADIMPLÊNCIA CONTRATUAL	TIPO DE PUNIÇÃO APLICADA	DATA INÍCIO DA PUNIÇÃO APLICADA	DATA FINAL DA PUNIÇÃO APLICADA	DATA DA INCLUSÃO NO CAFIL	DATA DA EXCLUSÃO NO CAFIL	ÓRGÃO RESPONSÁVEL PELA INCLUSÃO
13.029.173/0001-84	R&N CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA	CONTRATO Nº 004/2014 TOMADA DE PREÇOS Nº 004/2014	SEM REGISTRO NA CGE	EXISTÊNCIA DE VÍCIOS CONSTRUTIVOS NÃO CORRIGIDOS NA DEMOLIÇÃO E CONSTRUÇÃO DA PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE SOUSA	PENALIDADES DE SUSPENSÃO TEMPORÁRIA DE PARTICIPAÇÃO E IMPEDIMENTO E CONTRATAR COM O MPPB, PELO PRAZO DE 02 (DOIS) ANOS, A CONTAR DA PUBLICAÇÃO DO RESPECTIVO ATO ADMINISTRATIVO, DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE PARA LICITAR OU CONTATAR COM A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ENQUANTO PERDURAREM OS MOTIVOS DETERMINANTES DA PUNIÇÃO OU ATÉ QUE SEJA PROMOVIDA A REABILITAÇÃO PERANTE A PRÓPRIA AUTORIDADE QUE APLICOU A PENALIDADE, DE ACORDO COM O ART. 87, INCISOS III E IV DA LEI FEDERAL Nº 8.666/93, E NOS TERMOS DA CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA DO CONTRATO Nº 004/2014, BEM COMO APLICAÇÃO DE MULTA NO VALOR DE 10% SOBRE O VALOR GLOBAL DO CONTRATO, DE ACORDO COM O ART. 87, INCISO II C/C § 2º DA MESMA LEI.	25 DE JULHO DE 2017	25 DE JULHO DE 2019	25 DE AGOSTO DE 2017	25 DE JULHO DE 2019	MINISTÉRIO PÚBLICO
14.976.728/0001-68	CONSTRUTOR A CONSTRUTORA E	NOTA DE EMPENHO Nº 00024 DE 26/12/2016	16-02540-7	INEXECUÇÃO PARCIAL DA OBRIGAÇÃO CONTRATUAL	A) SUSPENSÃO TEMPORÁRIA DE LICITAR E CONTRATAR COM A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	24 DE ABRIL DE 2018	24 DE AGOSTO DE 2018	29 DE MAIO DE 2018	24 DE AGOSTO DE 2018	SEJEL



ESTADO DA PARAÍBA
Controladoria Geral do Estado
Gabinete do Secretário Chefe

	SERVIÇOS EIRELLI-ME				<p>E INSCRIÇÃO NO CADASTRO DE FORNECEDORES IMPEDIDOS DE LICITAR E CONTRATAR COM A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL-CAFIL, NOS TERMOS DO ART. 87 DA LEI Nº 8666/93, C/C OS ARTS. 2º, I, 3º, I E 6º, II DA LEI ESTADUAL Nº 9697/12 E ART. 7º DA LEI Nº 10.520.02, POR UM PERÍODO DE 04 (QUATRO) MESES.</p> <p>B) DESCRENCIAMENTO JUNTO AO SICAF, ASSIM COIO NOS SISTEMAS DE CADASTRAMENTO DE FORNECEDORES PELO PRAZO DE 04 (QUATRO) MESES.</p> <p>C) APLICAÇÃO DE MULTA DE 10% (DEZ POR CENTO) SOBRE O VALOR DO CONTRATO, OU SEJA, R\$ 3.351,40 (TRÊS MIL TREZENTOS E CINQUENTA E UM REAIS E QUARENTA CENTAVOS), A SER PAGA EM PARCELA ÚNICA DENTRO DO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS DA PUBLICAÇÃO DESTA, NOS TERMOS DO ART. 7º DA LEI 10.520/02 E ITEM 20.0 DO EDITALDE LICITAÇÃO, ATRAVÉS DO DEPÓSITO BANCÁRIO NA CONTA CORRENTE Nº 12.187-8 DA AGÊNCIA Nº 1618-3 (FUNDO DE APOIO AO ESPORTE E LAZER-FAEL), BANCO DO</p>				
--	------------------------	--	--	--	--	--	--	--	--



ESTADO DA PARAÍBA
Controladoria Geral do Estado
Gabinete do Secretário Chefe

					BRASIL, DEVENDO, AINDA, FAZER A COMPROVAÇÃO DO PAGAMENTO JUNTO À ASSESSORIA TÉCNICO-NORMATIVA E DE CONTROLE INTERNO DA SEJEL, EM ATÉ 10 (DEZ) DIAS ÚTIS APÓS O TÉRMINO DO PRAZO ASSINADO, SOB PENA DE INSCRIÇÃO DA DÍVIDA ATIVA DA FAZENDA ESTADUAL.					
19.065.633/0001-06	GABINETE PROJETO DE ENGENHARIA E ARQUITETURA	CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 002/2015	SEM REGISTRO NA CGE	DESCUMPRIMENTO DA AVENÇA, CONFIGURANDO A INEXECUÇÃO DAS CONDIÇÕES PACTUADAS.	SUSPENSÃO TEMPORÁRIA DE PARTICIPAÇÃO EM LICITAÇÃO E IMPEDIMENTO DE CONTRATAR COM O MINISTÉRIO PÚBLICO DA PARAÍBA PELO PRAZO DE 02 (DOIS) ANOS, A CONTAR DA PUBLICAÇÃO DO RESPECTIVO ATO ADMINISTRATIVO, BEM COMO DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE PARA LICITAR OU CONTRATAR COM A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, ENQUANTO PERDURAREM OS MOTIVOS DETERMINANTES DA PUNIÇÃO OU ATÉ QUE SEJA PROMOVIDA A REABILITAÇÃO PERANTE A PRÓPRIA AUTORIDADE QUE APLICOU A PENALIDADE, DE ACORDO COM O ART. 87, INCISOS III E IV DA LEI FEDERAL Nº 8666/93 E NOS TERMOS DA CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA DO CONTRATO Nº 002/2015, ALÉM DA	28 DE JUNHO DE 2018	28 DE JUNHO DE 2020	02 DE JULHO DE 2018	28 DE JUNHO DE 2020	MINISTÉRIO PÚBLICO



ESTADO DA PARAÍBA
Controladoria Geral do Estado
Gabinete do Secretário Chefe

					APLICAÇÃO DE MULTA NO VALOR DE 40% (QUARENTA PORCENTO) SOBRE O VALOR GLOBAL DO CONTRATO, CONSIDERANDO AS FALHAS NA EXECUÇÃO DO CONTRATO E EM CONSONÂNCIA COM OS PRINCÍPIOS DA RAZOABILIDADE E DA PROPORCIONALIDADE.					
14.976.728/0001-68	CONSTRUTOR A CONSTRUTORA E SERVIÇOS EIRELLI-EPP	ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 067/2015	SEM REGISTRO NA CGE	DESCUMPRIMENTO DA CLÁUSULA C/C CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 067/2015	MULTA DE 15% SOBRE O VALOR EXPRESSO NA ORDEM DE EXECUÇÃO DE SERVIÇOS Nº 013.10/2016 E PENA DE IMPEDIMENTO DE LICITAR COM A ADMINISTRAÇÃO DO ESTADO DA PARAÍBA, PELO PRAZO DE 02 (DOIS) ANOS	06 DE SETEMBRO DE 2017	06 DE SETEMBRO DE 2019	24 DE NOVEMBRO DE 2017	06 DE SETEMBRO DE 2019	TRIBUNAL DE JUSTIÇA DA PARAÍBA
22.226.670/0001-63	R.L COMERCIO VAREJISTA DE MULTI UTILIDADES LTD A -M E	CONTRATO Nº 0021/2017	17-00479-9	DESCUMPRIMENTO PARCIAL DO CONTRATO - ATRASO INJUSTIFICADO NA ENTREGA DO OBJETO	MULTA MORATÓRIA DE 10% (DEZ) POR CENTO SOBRE O VALOR DA CONTRATAÇÃO, CORRESPONDENTE A R\$ 944,80 (NOVECENTOS E QUARENTA E QUATRO REAIS E OITENTA CENTAVOS), CONFORME PREVISTO NO ITEM 10 DO INSTRUMENTO CONTRATUAL, C/C O ITEM 9.1.2 DO TERMO DE REFERÊNCIA E NO ART. 87, INCISO II, DA LEI Nº 8.666/93, DECORRENTE DO ATRASO (MORA);	25 DE JANEIRO DE 2018	25 DE JULHO DE 2018	08 DE FEVEREIRO DE 2018	25 DE JULHO DE 2018	POLÍCIA MILITAR



ESTADO DA PARAÍBA
Controladoria Geral do Estado
Gabinete do Secretário Chefe

					SUSPENSÃO DELICITAR E IMPEDIMENTO DE CONTRATAR COM A ADMINISTRAÇÃO PELO PRAZO DE 06 (SEIS) MESES, A PARTIR DA PUBLICAÇÃO DA RESENHA, INCLUINDO-A NO CAFIL, CONFORME PREVISTO NO ITEM 10 DO INSTRUMENTO CONTRATUAL, C/C OS ITENS 9.1.5 E 9.5 DO TERMO DE REFERÊNCIA E NOS ARTS. 2º, I, E 3º, II, DA LEI N 9.697/2012. (PROCESSO N° 15.000.000066.2017)					
26.071.567/0001-42	VERAL COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES EIRELI-ME	CONTRATO N° 026/2016, PREGÃO PRESENCIAL N° 046/2016	SEM REGISTRO NO CGE	NÃO FORNECIMENTO DO MATERIAL CONTRATADO.	PENALIDADES DE SUSPENSÃO TEMPORÁRIA DE PARTICIPAÇÃO E IMPEDIMENTO DE CONTRATAR COM O MINISTÉRIO PÚBLICO DA PARAÍBA, PELO PRAZO DE 02 (DOIS) ANOS, A CONTAR DA PUBLICAÇÃO DO RESPECTIVO ATO ADMINISTRATIVO, BEM COMO DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE PARA LICITAR OU CONTRATAR COM A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ENQUANTO DURAREM OS MOTIVOS DETERMINANTES DA PUNIÇÃO OU ATÉ QUE SEJA PROMOVIDA A REABILITAÇÃO PERANTE A PRÓPRIA AUTORIDADE QUE APLICOU A PENALIDADE, DE ACORDO COM O ART. 87, INCISOS III	08 DE AGOSTO DE 2017	08 DE AGOSTO DE 2019	06 DE OUTUBRO DE 2017	08 DE AGOSTO DE 2019	MINISTÉRIO PÚBLICO



ESTADO DA PARAÍBA
Controladoria Geral do Estado
Gabinete do Secretário Chefe

					<p>E IV DA LEI FEDERAL Nº 8.666/93, E NOS TERMOS DA CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA DO CONTRATO Nº 026/2016; CONSIDERANDO A REPROVABILIDADE DA CONDUTA IMPUGNADA E EM CONSONÂNCIA COM OS PRINCÍPIOS DA RAZOABILIDADE E DA PROPORCIONALIDADE. AINDA, FOI APLICADA A PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE 10% (DEZ POR CENTO) SOBRE O VALOR DO CONTRATO, NOS TERMOS DO ART. 86, C/C O ART. 87, INCISO II C/C § 2º DA LEI FEDERAL Nº 8.666/93, E DA CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA DO CONTRATO Nº 026/2016.</p>					
33.065.699/0001-27	ROYAL & SUNALLIANCE SEGUROS (BRASIL) S/A	CONTRATO Nº 008/2015 PREGÃO PRESENCIAL Nº 031/2015	SEM REGISTRO NA CGE	DESCUMPRIMENTO DA CLÁUSULA SÉTIMA DO CONTRATO Nº 008/2015	<p>PENALIDADES DE SUSPENSÃO TEMPORÁRIA DE PARTICIPAÇÃO E IMPEDIMENTO DE CONTRATAR COM O MINISTÉRIO PÚBLICO DA PARAÍBA, PELO PRAZO DE 02 (DOIS) ANOS, A CONTAR DA PUBLICAÇÃO DO RESPECTIVO ATO ADMINISTRATIVO, DE ACORDO COM O ART. 87, INCISOS II E III DA LEI FEDERAL Nº 8.666/93, E NOS TERMOS DO CONTRATO Nº 008/2015; AINDA, FOI APLICADA PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE 5% (CINCO POR</p>	11 DE OUTUBRO DE 2017	11 DE OUTUBRO DE 2019	11 DE OUTUBRO DE 2017	11 DE OUTUBRO DE 2019	MINISTÉRIO PÚBLICO



ESTADO DA PARAÍBA
Controladoria Geral do Estado
 Gabinete do Secretário Chefe

					CENTO) SOBRE O VALOR DO CONTRATO					
41.202.557/0001-92	ASSESSORIA DE GRUPO ESPECIALIZADA MULTIDISCIPLINAR EM TECNOLOGIA E EXTENSÃO	CONTRATO Nº 354/2014	14-02674-1	DESCUMPRIMENTO NA IMPLEMENTAÇÃO DA TECNOLOGIA SOCIAL CISTERNAS CALÇADÃO DE 52 MIL LITROS, CISTERNA ENXURRADA DE 52 MIL LITROS, BARRAGEM SUBTERRÂNEA E BAIRREIRO DE TRINCHEIRAS, NAS CONDIÇÕES ESTABELECIDAS NO PROJETO DE REFERÊNCIA INSTITUÍDO POR MEIO DAS INSTRUÇÕES OPERACIONAL MDS Nº 002, 003, 004 E 005 DE 09 DE DEZEMBRO DE 2013	SANÇÕES DESCRITAS NO ART. 87DA LEI 8666/93	08 DE MAIO DE 2018	08 DE MAIO DE 2020	13 DE JULHO DE 2018	08 DE MAIO DE 2020	SEDH
41.222.829/0001-16	CONSTRUTOR A GABARITO LTDA	CONTRATO 113/2010 - SUPLAN	10-02388-7	NÃO CUMPRIMENTO DE OBRIGAÇÕES DECORRENTES DE CONTRATO FIRMADO, CONFORME ART. 2º, I, C/C ART 3º, II DA LEI ESTADUAL Nº 9697/12	SUSPENSÃO TEMPORÁRIA DE PARTICIPAR DE LICITAÇÃO E IMPEDIMENTO DE CONTRATAR COM A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL PELO PRAZO DE 02 (DOIS) ANOS	31 DE JANEIRO DE 2017	31 DE JANEIRO DE 2019	01 DE FEVEREIRO DE 2017	31 DE JANEIRO DE 2019	SEIERHMACT
044.583.284-33	YURI MAHATMA LIMA FERNANDES	CONTRATO Nº 0016/2017 (ATA DE REGISTRO DE	SEM REGISTRO NA CGE	RECUSA INJUSTIFICADA DE CELEBRAR CONTRATO ADMINISTRATIVO	IMPEDIMENTO DE LICITAR E CONTRATAR COM A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL PELO PRAZO DE 02 (DOIS) ANOS E MULTA	06 DE DEZEMBRO DE 2017	06 DE DEZEMBRO DE 2019	12 DE JANEIRO DE 2018	06 DE DEZEMBRO DE 2019	POLÍCIA MILITAR



ESTADO DA PARAÍBA
Controladoria Geral do Estado
Gabinete do Secretário Chefe

	ARAGÃO	PREÇOS Nº 0160/2016 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 241/2016 - PROCESSO Nº 19.000.007947.2016)			DE 5 % SOBRE O VALOR DOS ITENS PREJUDICADOS PELA CONDUTA DA EMPRESA, NO VALOR DE R\$ 9.623,00 (NOVE MIL, SEISCENTOS E VINTE E TRÊS REAIS) - PROCESSO Nº 15.000.000058.2017					
051.536.484-35	GEANE DO AMARAL GONÇALVES ARAGÃO	CONTRATO Nº 0016/2017 (ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 0160/2016 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 241/2016 - PROCESSO Nº 19.000.007947.2016)	SEM REGISTRO NA CGE	RECUSA INJUSTIFICADA DE CELEBRAR CONTRATO ADMINISTRATIVO	IMPEDIMENTO DE LICITAR E CONTRATAR COM A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL PELO PRAZO DE 02 (DOIS) ANOS E MULTA DE 5 % SOBRE O VALOR DOS ITENS PREJUDICADOS PELA CONDUTA DA EMPRESA, NO VALOR DE R\$ 9.623,00 (NOVE MIL, SEISCENTOS E VINTE E TRÊS REAIS) - PROCESSO Nº 15.000.000058.2017	06 DE DEZEMBRO DE 2017	06 DE DEZEMBRO DE 2019	12 DE JANEIRO DE 2018	06 DE DEZEMBRO DE 2019	POLÍCIA MILITAR
064.832.134-76	RICARDO ARAÚJO ALVES	CONTRATO Nº 0021/2017	17-00479-9	DESCUMPRIMENTO PARCIAL DO CONTRATO - ATRASO INJUSTIFICADO NA ENTREGA DO OBJETO	MULTA MORATÓRIA DE 10% (DEZ) POR CENTO SOBRE O VALOR DA CONTRATAÇÃO, CORRESPONDENTE A R\$ 944,80 (NOVECIENTOS E QUARENTA E QUATRO REAIS E OITENTA CENTAVOS), CONFORME PREVISTO NO ITEM 10 DO INSTRUMENTO CONTRATUAL, C/C O ITEM 9.1.2 DO TERMO DE REFERÊNCIA E NO ART. 87, INCISO II, DA LEI Nº 8.666/93, DECORRENTE DO ATRASO (MORA); SUSPENSÃO DELICITAR E IMPEDIMENTO DE CONTRATAR COM A	25 DE JANEIRO DE 2018	25 DE JULHO DE 2018	08 DE FEVEREIRO DE 2018	25 DE JULHO DE 2018	POLÍCIA MILITAR



ESTADO DA PARAÍBA
Controladoria Geral do Estado
Gabinete do Secretário Chefe

					ADMINISTRAÇÃO PELO PRAZO DE 06 (SEIS) MESES, A PARTIR DA PUBLICAÇÃO DA RESENHA, INCLUINDO-A NO CAFIL, CONFORME PREVISTO NO ITEM 10 DO INSTRUMENTO CONTRATUAL, C/C OS ITENS 9.1.5 E 9.5 DO TERMO DE REFERÊNCIA E NOS ARTS. 2º, I, E 3º, II, DA LEI N 9.697/2012. (PROCESSO N° 15.000.000066.2017)					
094.132.014-63	MAGDA SUENIA DA SILVA LISBOA	CONTRATO N° 0021/2017	17-00479-9	DESCUMPRIMENTO PARCIAL DO CONTRATO - ATRASO INJUSTIFICADO NA ENTREGA DO OBJETO	MULTA MORATÓRIA DE 10% (DEZ) POR CENTO SOBRE O VALOR DA CONTRATAÇÃO, CORRESPONDENTE A R\$ 944,80 (NOVECIENTOS E QUARENTA E QUATRO REAIS E OITENTA CENTAVOS), CONFORME PREVISTO NO ITEM 10 DO INSTRUMENTO CONTRATUAL, C/C O ITEM 9.1.2 DO TERMO DE REFERÊNCIA E NO ART. 87, INCISO II, DA LEI N° 8.666/93, DECORRENTE DO ATRASO (MORA); SUSPENSÃO DELICITAR E IMPEDIMENTO DE CONTRATAR COM A ADMINISTRAÇÃO PELO PRAZO DE 06 (SEIS) MESES, A PARTIR DA PUBLICAÇÃO DA RESENHA, INCLUINDO-A NO CAFIL, CONFORME PREVISTO NO ITEM 10 DO INSTRUMENTO CONTRATUAL, C/C OS ITENS 9.1.5 E 9.5 DO	25 DE JANEIRO DE 2018	25 DE JULHO DE 2018	08 DE FEVEREIRO DE 2018	25 DE JULHO DE 2018	POLÍCIA MILITAR



ESTADO DA PARAÍBA
Controladoria Geral do Estado
Gabinete do Secretário Chefe

					TERMO DE REFERÊNCIA E NOS ARTS. 2º, I, E 3º, II, DA LEI N 9.697/2012. (PROCESSO Nº 15.000.000066.2017)					
--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--